



Ano XXIX - Vol. XXIX - (1): Janeiro/Dezembro - 2025

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA NA REGIÃO PAN-AMAZÔNICA CONTEMPORÂNEA: REALIDADES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

THE IMPORTANCE OF GEOGRAPHY EDUCATION IN THE
CONTEMPORARY PAN-AMAZONIAN REGION:
REALITIES, CHALLENGES, AND PERSPECTIVES

LA IMPORTANCIA DE LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA
EN LA REGIÓN PANAMAZÓNICA CONTEMPORÁNEA:
REALIDADES, DESAFIOS Y PERSPECTIVAS

Hamilton Abdon Ayres Elage¹

 0009-0008-4886-7478

professorgeoeducacao@gmail.com

¹ Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5704169302589232>. ORCID: <http://orcid.org/0009-0008-4886-7478>. E-mail: professorgeoeducacao@gmail.com.

Agradecimentos: Ao Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva pela leitura, críticas e orientações na construção do presente texto.

Artigo recebido em setembro de 2024 e aceito para publicação em maio de 2025.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Este artigo aborda a importância do ensino de Geografia no mundo contemporâneo, com foco na região Pan-Amazônica, de modo que analisa realidades, desafios e perspectivas. Utiliza-se como base os pensamentos de Milton Santos, David Harvey, Paulo Freire e Bell Hooks, em que a discussão destaca como a Geografia pode ser uma ferramenta crítica para entender processos globais e locais, com vista a capacitar cidadãos a enfrentar questões socioambientais. São explorados os desafios específicos do ensino de Geografia na Pan-Amazônia, como a desigualdade socioeconômica e a degradação ambiental, e propostas pedagógicas que possam promover a justiça social e o desenvolvimento sustentável. O artigo sugere que o ensino geográfico deve ser transformador, de maneira a possibilitar ações locais e globais conscientes.

Palavras-chave: Geografia. Pan-Amazônica. Socioambiental. Pedagógico.

ABSTRACT: This article addresses the importance of teaching geography in the contemporary world, focusing on the Pan-Amazon region, analyzing realities, challenges, and perspectives. It uses the thoughts of Milton Santos, David Harvey, Paulo Freire, and Bell Hooks as a basis, and the discussion highlights how geography can be a critical tool for understanding global and local processes, with a view to empowering citizens to address socio-environmental issues. The specific challenges of teaching geography in the Pan-Amazon region, such as socioeconomic inequality and environmental degradation, are explored, as well as pedagogical proposals that can promote social justice and sustainable development. The article suggests that geography teaching should be transformative, in order to enable conscious local and global actions.

Keywords: Geography. Pan-Amazon. Socio-environmental. Pedagogical.

RESUMEN: Este artículo aborda la importancia de la enseñanza de la Geografía en el mundo contemporáneo, con un enfoque en la región Panamazónica, analizando realidades, desafíos y perspectivas. Basado en los pensamientos de Milton Santos, David Harvey, Paulo Freire y Bell Hooks, la discusión destaca cómo la Geografía puede ser una herramienta crítica para comprender los procesos globales y locales, capacitando a los ciudadanos para enfrentar problemas socioambientales. Se exploran los desafíos específicos de la enseñanza de la Geografía en la Panamazonia, como la desigualdad social y la degradación ambiental, y se proponen enfoques pedagógicos que promuevan la justicia social y el desarrollo sostenible. El artículo sugiere que la enseñanza geográfica debe ser transformadora, posibilitando acciones locales y globales conscientes.

Palabras clave: Geografía; Panamazónica; Socioambiental; Pedagógico.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No contexto atual do mundo, a Geografia desempenha um papel fundamental na compreensão dos variados processos que influenciam o espaço, as relações sociais e as mudanças ambientais. Em um cenário marcado pela rápida globalização, desastres ambientais e profundas desigualdades sociais, a Geografia se destaca como uma ferramenta indispensável para a formação de pessoas críticas e conscientes da realidade em que vivem.

Por meio da análise geográfica, é possível desenvolver habilidades para compreender as interações estabelecidas entre os seres humanos com o meio ambiente, bem como perceber como as atividades econômicas, políticas e culturais se conectam, modulam e produzem transformações no espaço.

Neste contexto, a área da Pan-Amazônia destaca-se como um local rico em possibilidades de pesquisa, tanto devido às suas características únicas em relação à diversidade de vida e recursos naturais, quanto pelos desafios sociais e ambientais que enfrenta. A Amazônia é reconhecida como uma das maiores reservas naturais do mundo, porém também é um cenário de confrontos por territórios, degradação do meio ambiente e embates entre comunidades locais e interesses econômicos internacionais. Logo, é fundamental compreender a proeminência do ensino de Geografia nesta região, assim como é imprescindível estimular um desenvolvimento mais sustentável ambientalmente e sociedade responsável.

Portanto, ao analisar a Pan-Amazônia, é crucial considerar essas relações de poder e como elas moldam a organização do espaço geográfico. O ensino de Geografia, nesse contexto, deve ser uma ferramenta para promover a justiça espacial e a sustentabilidade, bem como capacitar as comunidades locais a defender seus direitos e a preservarem seus recursos naturais.

Neste sentido, sabe-se que na organização do espaço geográfico existem relações de poder, as quais se manifestam de diferentes maneiras e estabelecem-se como estruturas de apropriação desse mesmo espaço, inclusive no que se refere na compreensão de mundo.

O espaço como inerente ao ser humano, pode ser contextualizado com foco nessa compreensão de mundo, a qual se circunscreve no campo da educação. A esse respeito, Paulo Freire (1967) evidencia a relevância e robustez da educação crítica e libertadora para a formação de cidadãos atuantes e conscientes de sua realidade, o que implica ainda nas relações que estabelece com o espaço, capaz de pensá-lo e transformá-lo.

Já Bell Hooks (2017) traz a discussão sobre a interseccionalidade, mostra como as questões de gênero, raça e classe social estão intrinsecamente ligadas à construção do espaço geográfico. Portanto, é fundamental compreender e valorizar o ensino de Geografia como uma ferramenta essencial para a formação de indivíduos críticos, engajados e capazes de promover transformações da realidade em que estão inseridos.

A pedagogia crítica de Paulo Freire oferece um novo caminho para o ensino de Geografia, que vai além da simples transferência de conhecimento, visto que oportuniza prática de resistência e busca por justiça social. Assim, o autor propõe uma educação libertadora, na qual os estudantes são estimulados a participar ativamente na construção de sua própria realidade.

Com a contribuição de Bell Hooks (2017), a discussão é ampliada, visto que proporciona uma visão interseccional que destaca a importância de dar voz às comunidades marginalizadas e oprimidas. Isso favorece uma abordagem geográfica que se torna

Frente a essas abordagens, este trabalho está dividido em quatro partes principais. No primeiro, exploramos a importância da Geografia como uma disciplina fundamental para a compreensão dos processos globais e locais, e como esse conhecimento pode capacitar os indivíduos a atuar em suas comunidades.

A segunda parte analisa os obstáculos enfrentados no ensino da Geografia na região da Pan-Amazônia, e leva em conta as limitações estruturais e sociais presentes. A terceira parte se concentra nas visões críticas para o ensino de Geografia, em que se ressalta o potencial transformador dessa disciplina na promoção de uma consciência ambiental e cidadã. Por fim, o trabalho conclui com uma reflexão sobre as possíveis direções para o futuro do ensino de Geografia na Pan-Amazônia ao indicar práticas educacionais que possam enfrentar os desafios contemporâneos.

A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Na sociedade atual, a Geografia desempenha um papel essencial na compreensão dos processos que influenciam as comunidades, os territórios e as relações entre eles. Esta disciplina vai muito além de simplesmente descrever cenários ou estudar limites; é uma área de estudo crítico que busca analisar como as interações sociais, econômicas e políticas impactam e modificam o espaço.

Conforme mencionado por Santos (2000), a globalização é uma narrativa construída por vencedores e vivenciada por perdedores, o que evidencia como as forças globais criam desigualdades espaciais, ou seja, beneficiam uns e excluem outros. Portanto, o ensino de Geografia é essencial para capacitar os indivíduos a compreender essas disparidades e intervir sobre elas.

O espaço e a globalização: a contribuição de Milton Santos

Milton Santos, um dos mais destacados geógrafos do Brasil, trouxe uma importante contribuição ao analisar a globalização como um fenômeno que fragmenta o espaço, mas ao mesmo tempo padroniza práticas e discursos. Ele destaca que “a globalização se baseia na deterioração do tecido social” (Santos, 2000, p.25), o que significa que, embora os processos econômicos globais conectem diferentes áreas, tais conexões não beneficiam a todos de maneira equitativa. Este autor acredita que o espaço é uma construção social, e a Geografia tem a responsabilidade de mostrar as contradições desse processo.

Na região Pan-Amazônica, isso é evidente: enquanto grandes empresas obtêm lucros com a exploração de recursos, as comunidades locais sofrem com a degradação ambiental e a exclusão social. Analisemos as ponderações de Milton Santos (2000, p.39) sobre a atual situação da globalização:

A globalização atual se apresenta como a fase superior da internacionalização do capital, e sua principal arma é a informação. A informação, sendo ao mesmo tempo mercadoria e propaganda de mercadorias, se transforma em um instrumento de poder. A informatização permite, em primeiro lugar, que a produção se faça em qualquer parte do mundo, integrando, assim, territórios muito distantes. Essa mundialização da produção cria uma concorrência entre os lugares e intensifica a fragmentação do trabalho e a dispersão do poder decisório. A globalização atual é, assim, caracterizada pela emergência de uma nova economia internacionalizada e pela fragilização das estruturas estatais, que perdem, em grande medida, o controle sobre o próprio território e sobre a economia que nele se realiza (Santos, 2000, p. 39).

A citação em questão ressalta a utilização da informação pela globalização como instrumento de dominância e divisão, destaca a diminuição da influência dos Estados e o aumento da competição no cenário mundial, de modo que resulta em um sistema que aprofunda as disparidades sociais.

Em conformidade com Santos (2000), o objetivo da Geografia é mostrar o que geralmente passa despercebido, ou seja, revelar as inconsistências do sistema global. O ensino de Geografia, portanto, deve ser crítico, de modo a permitir que os alunos compreendam como as mudanças globais impactam em suas comunidades locais.

No contexto da Pan-Amazônia, isso envolve abordar a exploração dos recursos naturais, o crescimento desordenado do território e a fragilidade das comunidades indígenas e ribeirinhas. Ao analisar esses aspectos, os estudantes não só se familiarizam com a realidade ao seu redor, mas também são encorajados a questioná-la e buscar soluções.

O Capitalismo e a produção do espaço: as ideias de David Harvey

David Harvey, um dos principais pensadores marxistas contemporâneos, ajuda a esclarecer como o capitalismo influencia o meio geográfico. De acordo com o autor, o espaço é ativo, fluido e sempre em transformação devido às forças do capital. Assim, defende que “o capitalismo precisa construir seu próprio espaço” (Harvey, 1992, p. 101), o que indica que as estratégias econômicas não apenas ocupam o espaço, mas também o transformam para atender suas demandas.

Na região Pan-Amazônica, isso se evidencia pela influência do agronegócio, mineração e exploração de madeira, que reorganizam o espaço de acordo com os interesses econômicos globais.

O ensino da disciplina de Geografia, baseado nos conceitos de Harvey, proporciona aos alunos a oportunidade de entender como o espaço é constituído pelas influências do poder econômico e político. De acordo com o autor, “a formação do espaço resulta também em desigualdades” (Harvey, 1992, p. 95), o que indica que a utilização do território é definida por relações desproporcionais de poder. Na região amazônica, essa disparidade na produção é claramente visível no uso intenso dos recursos naturais por grandes corporações, o que muitas vezes traz enormes transtornos com prejuízos para as comunidades locais que dependem do meio ambiente para sobreviver.

A Geografia e a educação libertadora: a perspectiva de Paulo Freire

A visão pedagógica inovadora de Paulo Freire permite acarretar novas possibilidades ao e no ensino de Geografia. O autor enfatiza que “a educação não altera o mundo. A educação modifica as pessoas. As pessoas mudam o mundo” (Freire, 1967, p.79), ressalta ainda a importância da educação no desenvolvimento de indivíduos críticos e conscientes.

Dentro do contexto geográfico, essa abordagem emancipatória possibilita aos alunos enxergarem o espaço não somente como um elemento natural, mas sim como um produto histórico e social. Desse modo, a Geografia é uma ferramenta para que os estudantes identifiquem as injustiças e desigualdades presentes em seus territórios e ajam para transformá-los.

Para Freire (1974), a educação deve iniciar a partir da vivência real dos estudantes, por meio do reconhecimento e valorização de suas experiências e saberes anteriores. Na Pan-Amazônia, isso implica em incluir no ensino de Geografia as histórias e vivências das comunidades locais, como os povos indígenas, ribeirinhos e populações tradicionais, que detêm um vasto conhecimento sobre o território em que vivem.

Essa abordagem de diálogo e reflexão possibilita que o ensino de Geografia se torne um meio de libertação, no qual os estudantes se coloquem como protagonistas na busca por justiça social e ambiental. Assim, a Geografia se apresenta como uma ferramenta de emancipação, como afirmou Freire (1974, p.45) ao afirmar que “A opressão ocorre no espaço, mas é através dele que também podemos resistir”.

Geografia, resistência e justiça social: a visão de Bell Hooks

Em conformidade com Bell Hooks, em seu livro “Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade”, ela amplia o debate ao enfatizar a relevância de permitir que as populações marginalizadas tenham voz no ambiente educativo. A autora destaca que “a educação como forma de liberdade é o local onde a resistência é encontrada” (Hooks, 2017, p. 207). No âmbito do ensino de

Geografia, essa resistência surge quando as vivências das comunidades excluídas são integradas nas conversas sobre o espaço geográfico, o meio ambiente e o território.

Na região da Pan-Amazônia, as populações indígenas e tradicionais ao lado de suas trajetórias têm sido excluídas das decisões que impactam diretamente suas terras. A abordagem educacional da disciplina de Geografia, baseada nas reflexões de Bell Hooks, precisa não apenas dar voz a essas comunidades, mas também permitir que elas influenciem o processo de ensino e aprendizagem. Destarte, “a educação é uma prática política e o conhecimento é uma arma para libertação” (Hooks, 2019, p. 47), o que indica a importância de capacitar os estudantes geográficos para questionar as hierarquias de poder que prejudicam esses grupos e para defender seus direitos.

DESAFIOS DO ENSINO DE GEOGRAFIA NA REGIÃO PAN-AMAZÔNICA

A Amazônia possui uma complexidade ímpar no cenário mundial, tanto em aspectos ambientais quanto sociais. O ensino de Geografia nessa área enfrenta desafios que vão além das questões tradicionais, o que envolve a necessidade de lidar com a diversidade cultural, a vulnerabilidade socioambiental e os impactos das políticas públicas e econômicas na região.

Para superar esses desafios, é essencial adotar uma abordagem crítica e interdisciplinar, que possibilite aos alunos compreender as interações entre os fatores locais e globais que influenciam a região. Conforme destacou Santos (2000 p. 39) “o território é uma expressão da vida em sociedade, refletindo as forças econômicas, sociais e políticas de cada momento histórico”.

A fragilidade das infraestruturas educacionais

Um dos principais obstáculos enfrentados pelo ensino de Geografia na região da Pan-Amazônia é a carência das estruturas educacionais. Nessa área, muitas vezes remota e de difícil alcance, as escolas funcionam com recursos limitados, falta de material didático apropriado e profissionais mal pagos e com pouca qualificação específica.

De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2022), muitas escolas localizadas em regiões rurais da Amazônia ainda não contam com acesso satisfatório à internet, o que restringe a utilização de recursos tecnológicos voltados ao processo de ensino e aprendizagem.

Adicionalmente, a distância geográfica entre as escolas e as comunidades dispersas dificulta o acesso regular à educação. Em diversos locais, os alunos precisam se deslocar longas distâncias de barco ou a pé para comparecer às aulas. Esse cenário intensifica as disparidades educacionais, uma vez que as escolas situadas em regiões mais centrais contam com melhores recursos de ensino.

Diante desse contexto, o ensino de Geografia se depara com o desafio de adaptar-se às limitações materiais e territoriais, sem perder de vista a importância de proporcionar uma educação de excelência, o que algum modo vai na contramão do que afirma Freire (1974, p. 22): “educar não é transferir conhecimento, mas criar as condições para a sua produção ou construção”.

Entretanto, para que essas oportunidades sejam viabilizadas, é imprescindível que as escolas possuam condições mínimas de funcionamento. A ausência de estrutura apropriada compromete não apenas a aprendizagem da Geografia, mas também a formação completa dos estudantes, o que impede o desenvolvimento de uma visão crítica de seu entorno e das questões globais que impactam suas vidas.

O ensino de Geografia, portanto, deve ser adaptado à situação local, para tanto, são necessários empregos de métodos que superem as restrições materiais e despertem o interesse dos alunos pela realidade ao seu redor.

A desvalorização do conhecimento local e a desconexão com a realidade regional

Um dos desafios importantes no ensino da Geografia na região da Pan-Amazônia é a subestimação do conhecimento local, muitas vezes considerado como “não científico” ou secundário em comparação com as epistemologias dominantes do Ocidente.

A região da Pan-Amazônia é habitada por uma grande diversidade de povos indígenas e comunidades tradicionais, que possuem um conhecimento profundo sobre o território e suas dinâmicas naturais. No entanto, o sistema educacional muitas vezes não valoriza esses conhecimentos e dá preferência a uma visão eurocêntrica da Geografia, que não se relaciona com a realidade cotidiana dos alunos.

Paulo Freire (1974) questiona essa falta de conexão entre a escola e a vivência dos estudantes, o autor defende que a educação precisa estar baseada na realidade concreta dos educandos; ressalta ainda que “não existe um conhecimento superior ou inferior, mas sim conhecimentos distintos” (Freire, 1974, p. 32).

Essa abordagem é essencial para o ensino de Geografia na região da Pan-Amazônia, onde o saber local sobre agricultura, conservação da água e diversidade biológica pode agregar valor ao conteúdo geográfico. Portanto, o desafio consiste em incorporar esses conhecimentos no ensino formal, de modo a promover uma educação mais contextualizada com a realidade regional e que valorize as tradições e culturas das comunidades amazônicas.

Em sua obra “Por uma Outra Globalização”, Milton Santos (2000) destaca a relevância de levar em consideração as particularidades locais no âmbito da Geografia. Para o autor, os espaços geográficos não são apenas cenários de ações globais, mas também protagonistas na construção de suas próprias narrativas.

Na região da Pan-Amazônia, o território não se resume apenas a uma zona de atividades econômicas, mas se apresenta como *lócus* de vivência e resistência para diversas comunidades. Nesse sentido, o ensino de Geografia deve acompanhar essa diversidade de significados e realidades, de maneira a possibilitar aos estudantes uma compreensão do território não apenas como um objeto de estudo, mas como parte integrante de suas identidades e vivências.

A pressão econômica e a degradação ambiental

A região da Pan-Amazônia enfrenta significativos conflitos socioambientais devido à busca incessante por lucro em seus recursos naturais. A extração de madeira, a atividade mineradora e a expansão da agricultura representam apenas alguns dos elementos que têm contribuído para a destruição do meio ambiente e o abandono das populações nativas. O ensino da disciplina de Geografia em um contexto como esse requer uma abordagem crítica, que analise de maneira profunda as consequências dessas práticas para o ecossistema e para as comunidades locais que dependem diretamente dele para sobreviver.

David Harvey (1992) defende que o capitalismo global rearanja o espaço de acordo com suas necessidades, o que muitas vezes prejudica as populações mais frágeis. Para o autor (1992, p. 101)

“O espaço geográfico é utilizado pelo capital como uma ferramenta para beneficiar seus interesses, muitas vezes desconsiderando as necessidades humanas e ambientais”.

Na região da Pan-Amazônia, essa dinâmica é facilmente observada. A devastação das florestas abre espaço para pastagens e extração de ouro, por exemplo, as quais trazem sérios danos ao meio ambiente e ameaçam a sobrevivência dos povos indígenas e ribeirinhos. O ensino de Geografia, ao tratar desses temas, precisa fornecer aos estudantes uma compreensão das causas profundas desses desafios e capacitá-los a buscar soluções que favoreçam o desenvolvimento sustentável.

Conforme Bell Hooks (2019, p. 207), a educação precisa ser vista como uma prática libertadora, isto é, permitir aos alunos resistirem às forças opressoras que impactam suas vidas. A autora defende que a educação é uma ferramenta vital para alcançar a liberdade, e o conhecimento é essencial para confrontar as estruturas de poder dominantes.

No contexto da Geografia, isso implica não apenas abordar as consequências da exploração econômica, mas também desenvolver uma postura crítica nos estudantes, de modo a capacitá-los para defender ativamente seus territórios e lutar por justiça ambiental. O objetivo é, portanto, transformar o ensino de Geografia em um ambiente de resistência e reflexão crítica.

A necessidade de reformular o currículo e promover uma educação intercultural

Frente a estes desafios, torna-se necessário reformular o programa de estudos de Geografia de modo que esteja alinhado com as particularidades da Pan-Amazônia. É essencial abordar no currículo assuntos como a proteção do meio ambiente, os conflitos de território e os direitos das comunidades tradicionais, a fim de que os alunos possam compreender tais questões e intervir de maneira efetiva. A abordagem intercultural desempenha um papel fundamental nesse processo, pois possibilita que o ensino de Geografia se torne mais inclusivo e reflita as diversas realidades presentes na região.

De acordo com Freire (1974, p. 32), a proposta educacional deve ser pautada na resolução de problemas e diálogo, sendo primordial a construção do currículo de modo colaborativo com os estudantes, mediante consideração de suas vivências e demandas. Na região da Pan-Amazônia, torna-se fundamental reconhecer e incorporar os conhecimentos locais e a sabedoria das populações tradicionais e povos indígenas na prática educativa. Com isso, a aprendizagem é enriquecida e as identidades culturais dos alunos são valorizadas, de modo que permite que se sintam representados em suas histórias e tradições no contexto escolar.

Para Milton Santos (2002), a Geografia necessita ter um domínio de saberes que consiga abranger variadas escalas de análise, desde o nível local até o mundial. Esse aspecto torna-se ainda mais vital na região da Pan-Amazônia, cujos fenômenos globais (como, por exemplo, as mudanças provocadas pelas crises climáticas e a busca por recursos naturais) exercem influência direta sobre a comunidade local. Portanto, o ensino de Geografia precisa estabelecer conexões entre essas diferentes escalas, com vista a auxiliar os estudantes a compreender de que modo suas vivências locais estão relacionadas com os processos globais.

PERSPECTIVAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA: UM OLHAR PARA O FUTURO

O ensino da disciplina de Geografia, principalmente na área da Pan-Amazônia, possui grande importância na construção de indivíduos que sejam capazes de analisar de maneira consciente e crítica sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, à cultura e à economia presentes nesse território. Mesmo diante dos desafios mencionados anteriormente, as perspectivas para o ensino de Geografia como uma ferramenta educacional são bastante promissoras, visto que ela pode ser uma via para a libertação e mudança social.

Ao adotar abordagens críticas e contextualizadas, o ensino de Geografia tem o potencial de fortalecer a identidade local, fomentar a sustentabilidade e capacitar os alunos para defender os direitos de suas comunidades em âmbitos locais e regionais, como se observa no Quadro 1:

Quadro 1. Desafios e perspectivas futuras no Ensino de Geografia.

| Desafio | Descrição | Dados Relevantes | Perspectiva Futura | Referências |
|-----------------------------------|--|--|--|-------------|
| Degradação Ambiental | Impacto das atividades humanas no meio ambiente | Taxa de desmatamento: 9.000 km ² por ano (INPE, 2023) | Foco em sustentabilidade e preservação | INPE, 2023 |
| Marginalização dos Saberes Locais | Falta de inclusão dos conhecimentos tradicionais | Percentual de currículos que incluem saberes locais: 30% | Maior integração de saberes locais | MEC, 2023 |
| Desigualdades Socioeconômicas | Diferenças no acesso a recursos educacionais | Taxa de analfabetismo: 15% em áreas rurais (IBGE, 2023) | Programas de apoio e recursos | IBGE, 2023 |
| Conflitos Territoriais | Disputas sobre terras e recursos | Número de conflitos registrados: 50 por ano (CIMI, 2023) | Educação sobre direitos territoriais | CIMI, 2023 |

Fonte: Organizado pelo autor. Elage (2024)

A Geografia como ferramenta de resistência e transformação

Uma das questões fundamentais destacadas por Paulo Freire (1974) é a concepção de que a educação possui um caráter político e, portanto, deve ser direcionada sempre para a mudança social. Essa perspectiva se torna especialmente pertinente no ensino de Geografia, pois a matéria proporciona aos alunos uma visão abrangente e integrada do espaço geográfico, das relações de poder e das disparidades que impactam suas realidades regionais.

De acordo com Freire, o saber deve ser encarado como uma interpretação do mundo, e no contexto da Pan-Amazônia, essa interpretação envolve a compreensão das influências externas sobre o território e das estratégias de resistência que as comunidades locais podem adotar.

No livro *Pedagogia*, Freire (1967) defende que a educação deve ter como ponto de partida a vivência real dos alunos, o que os torna sujeitos ativos na construção do saber. Essa abordagem pode ser adotada no ensino de Geografia na região da Pan-Amazônia, onde a valorização dos conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas e ribeirinhas pode resultar em um ensino geográfico não apenas teórico, mas também profundamente enraizado na prática cotidiana. Freire (1974, p. 45) destaca que: “Se eu me mantiver distante da vivência do educando na prática educativa, não estarei

promovendo educação, mas sim um mero adestramento”. Assim, o ensino de Geografia deve integrar as realidades locais, de modo a estabelecer um diálogo entre o saber acadêmico e o saber popular.

O espaço como objeto de luta e contestação

Em sua análise, Milton Santos (2000) apresenta uma abordagem essencial para compreender a influência do espaço na formação das disputas sociais. O autor argumenta que o espaço não é apenas um ambiente neutro, mas sim um resultado das interações sociais e, portanto, permeado por relações de poder. Neste sentido, “o espaço é a acumulação desigual de tempos” (Santos, 2000, p. 51), o que indica que o território reflete as diversas maneiras pelas quais as sociedades controlam e organizam seus recursos, o que resulta em processos de inclusão e exclusão.

Na região da Pan-Amazônia, a instrução de Geografia pode proporcionar aos alunos a compreensão de como o espaço é utilizado e disputado por diferentes forças sociais e econômicas. A exploração dos recursos naturais e a expansão do agronegócio são exemplos evidentes de como o território é influenciado pelas práticas capitalistas.

Ao abordar a Geografia de maneira crítica, os professores podem expor essas dinâmicas aos estudantes, com isso capacita-os a questionar a degradação ambiental e a exclusão das populações locais. Santos (2000) defende que a Geografia tem o papel de ser uma ciência comprometida em apontar as desigualdades, e no cenário amazônico, isso implica em educar os alunos para resistir aos modos de exploração que são impostas sobre o território.

No livro *O Enigma do Capital*, David Harvey (2011) aborda a relação entre o capitalismo e o espaço, destaca que o capital possui uma constante busca por se expandir geograficamente. Para o autor, o espaço geográfico não é apenas uma plataforma inerte onde o capital atua, mas sim um cenário que é continuamente modificado pelo próprio processo de acumulação. Ainda adverte que a urbanização, a privatização e a alteração dos recursos comuns são manifestações do capital em seu intento de descobrir novas áreas para crescer (Harvey, 2011). Assim, o ensino da Geografia se constitui um instrumento revelador de como o capital remodela o território e quais são os impactos sociais e ambientais resultantes desse processo.

Na região da Pan-Amazônia, a utilização de áreas para agricultura, mineração e bovinocultura ilustram o conceito de “voracidade territorial” do capitalismo, conforme afirmado por Harvey (1992). Nesse sentido, é fundamental que o ensino de Geografia capacite os estudantes a compreender essa realidade e ofereça ferramentas para que possam proteger suas comunidades contra a expansão exploratória do sistema econômico vigente. O desafio e objetivo aqui consistem em transformar a educação em um instrumento de resistência, mediante a utilização da Geografia como uma ferramenta para formar indivíduos aptos a defender a justiça social e ambiental.

A valorização do conhecimento local: Geografia e saberes tradicionais

Um elemento essencial para promover um ensino de Geografia mais abrangente e inovador é o reconhecimento da importância dos conhecimentos locais e tradicionais, conforme defendido por Paulo Freire. Na região da Pan-Amazônia, as populações indígenas e as comunidades ribeirinhas possuem um profundo e ancestral entendimento sobre a gestão dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente.

No entanto, de acordo com Bell Hooks (2017), a educação convencional tende a menosprezar esses saberes, relega-os a uma posição inferior em relação ao conhecimento científico ocidental.

Hooks defende que a educação, como uma prática de liberdade, necessita de uma análise crítica das estruturas de poder que resultam na exclusão das vozes dos grupos marginalizados. Nesse sentido, no ensino da disciplina de Geografia, é essencial a inclusão do conhecimento tradicional das comunidades locais e povos originários no currículo, bem como reconhecer sua importância equiparada ao conhecimento científico. A autora propõe que a educação deve ser um ambiente no qual todos os envolvidos se enxerguem como colaboradores na construção do saber, e na região da Pan-Amazônia, isso significa promover uma educação intercultural que valorize a vivência dos povos locais.

A análise de Milton Santos (2000) reforça também essa perspectiva, em que se destaca a importância de a Geografia reconhecer a diversidade do espaço. Para ele, o território é vivenciado distintamente em cada grupo social, sendo essencial que o ensino geográfico reflita essas múltiplas experiências. Na região da Pan-Amazônia, por exemplo, a valorização do conhecimento dos povos indígenas sobre a utilização sustentável da floresta pode enriquecer os debates sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

Por fim, neste item, Freire (1974, p. 23) declara, “a educação não é imparcial; ela serve sempre a uma determinada visão de mundo”. Assim, a integração dos saberes locais na educação geográfica pode tornar o ensino uma ferramenta para a preservação da diversidade cultural e a resistência frente às influências externas.

A educação como caminho para a justiça e sustentabilidade ambientais

O ensino da disciplina de Geografia desempenha um papel decisivo na promoção de ações que possibilitam o realizar da justiça e da sustentabilidade ambientais. A região da Pan-Amazônia, conhecida por sua rica biodiversidade, enfrenta sérios desafios relacionados à degradação do meio ambiente, com problemas como desmatamento, exploração de recursos minerais e poluição dos rios que impactam diretamente as comunidades locais. Por meio do ensino de Geografia, é possível conscientizar os estudantes sobre a pertinência da preservação/conservação ambiental e prepará-los para defender seus próprios territórios.

Em seu livro *Justice, Nature and the Geography of Difference*, David Harvey (1992), aborda a interligação entre questões ambientais e desigualdades sociais. Para o autor, a luta por justiça social e justiça ambiental são indissociáveis, uma vez que os impactos ambientais são distribuídos de maneira desigual, isto é, prejudica sobretudo as camadas menos favorecidas economicamente e vulneráveis da sociedade. Isso fica evidente na região da Pan-Amazônia, onde as comunidades indígenas e ribeirinhas são frequentemente as mais afetadas pelos danos ambientais causados pela exploração mineral e pela supressão da vegetação nativa.

A educação geográfica tem o papel de sensibilizar para a importância de um crescimento sustentável, o qual deve levar em conta não só os aspectos financeiros, mas também os direitos das comunidades locais e a proteção do meio ambiente. De acordo com Milton Santos (2000) é fundamental que a sustentabilidade seja um objetivo compartilhado e englobe toda a sociedade. Na região da Pan-Amazônia, isso implica em educar estudantes que entendam as conexões entre o ambiente e o bem-estar humano, de modo a prepará-los para defender uma Amazônia sustentável e equitativa.

Geografia e educação crítica: um futuro transformador

Por fim, as perspectivas para o ensino de Geografia na região amazônica estão intimamente ligadas à implementação de uma educação crítica, conforme defendida por Paulo Freire. A disciplina geográfica, ao expor as contradições do espaço e as hierarquias de poder que o influenciam, pode ser uma ferramenta eficaz para as transformações sociais e ambientais, com respeito à vida e suas inter-relações. A abordagem crítica da educação geográfica deve encorajar os estudantes a questionarem as estruturas de poder, a resistir à exploração dos recursos naturais e a defender ativamente seus territórios e culturas.

De acordo com Freire (1974), a educação autêntica não consiste em impor dogmas, mas sim em estimular a busca pelo saber. Por isso, o ensino da disciplina de Geografia deve ser um espaço de interação, no qual os alunos sejam encorajados a analisar criticamente suas realidades e a buscar respostas coletivas para os velhos e novos desafios. O que se prospecta é um ensino de Geografia que não apenas transmita dados, mas que converta os estudantes em agentes de transformação, aptos a edificar um amanhã mais equitativo e sustentável para a região da Pan-Amazônia.

METODOLOGIAS DE ENSINO DE GEOGRAFIA: APLICAÇÕES PARA A PAN-AMAZÔNIA

O ensino de Geografia na região Pan-Amazônica requer a utilização de metodologias que se encaixem nas peculiaridades locais, valorizem o saber regional e incentivem uma educação crítica e transformadora. A Geografia, como disciplina que analisa as relações entre o espaço geográfico e a sociedade, proporciona um campo propício para a aplicação de práticas pedagógicas criativas e contextualizadas.

Neste contexto, são apresentadas abordagens que podem ser adotadas na área, com fundamentação nas ideias de Milton Santos, David Harvey, Paulo Freire e Bell Hooks, de modo que leve em consideração a importância de um ensino conectado com a realidade social, cultural e ambiental da Amazônia.

A metodologia dialógica de Paulo Freire: educação como prática da liberdade

Paulo Freire é um dos pensadores mais impactantes quando se trata de estratégias de ensino que visam a libertação dos menos privilegiados. Sua ideia de uma “pedagogia do diálogo” é essencial para o ensino de Ciências Sociais na região Amazônica, onde os estudantes vivenciam situações de desigualdade, carência e degradação do meio ambiente.

Sob tal perspectiva, Freire (1974) defende que a educação deve ser um processo de interação entre professores e alunos, no qual ambos se desenvolvem e constroem conhecimento juntos. Ele afirma: “O diálogo é a base da educação como prática da liberdade. Educar não é transmitir conhecimento, mas criar as condições para a sua produção” (Freire, 1974, p. 45).

Na região da Pan-Amazônia, essa abordagem se destaca, visto que possibilita aos educadores incluírem o saber local, reconhecer as vivências dos alunos e suas comunidades. O método de diálogo pode ser empregado por meio de projetos nos quais os estudantes investigam o entorno, identifiquem questões como o desmatamento, a poluição dos rios ou as práticas agrícolas sustentáveis no interior das terras indígenas e de comunidades tradicionais.

Essas ações fomentam uma perspectiva de ensino que desafia a mente, em que os alunos não sejam meramente receptores indiferentes de informações e conteúdo, mas sim agentes ativos na busca por soluções às dificuldades enfrentadas. Neste sentido, compartilha-se a ideia dinâmica do processo de ensino e aprendizagem que “A educação genuína é aquela que desperta a consciência crítica, que revela o mundo em constante mudança” (Freire, 1974, p. 31).

Tal afirmação freiriana indica que a educação é um processo de construção, inclusive social e cultural, nos quais o ensino de Geografia consubstancia como um dos elementos contribuidores do fazer cidadão, de tornar-se cidadão consciente de sua presença e permanência no mundo.

Cartografia social e a apropriação do território

Milton Santos, em sua extensa produção, sempre defendeu uma abordagem crítica e humanista da Geografia. O autor Milton Santos (2000) sugeriu que as pessoas se apropriem do espaço territorial por meio do saber. De acordo com Santos (2000, p. 50) “O território representa um espaço de vida, um espaço de práticas do dia a dia”.

Essa abordagem de perspectiva é fundamental para a região da Pan-Amazônia, onde o espaço territorial é frequentemente encarado apenas como um local de exploração de recursos pelas grandes empresas, em detrimento das comunidades locais. Nesse contexto, a cartografia social se mostra como uma estratégia eficiente para o ensino de Geografia, em razão de permitir que os estudantes realizem o mapeamento de seus próprios locais, identifiquem os recursos naturais, áreas de conflito e regiões de preservação.

Essa prática, além de proporcionar uma análise crítica do ambiente, também capacita os alunos a se apropriarem do local, o que fortalece seu papel como protetores de suas comunidades. Em conformidade com Milton Santos (2000, p.27) “o território não é apenas uma realidade física, mas uma dimensão social e política”, o que significa que entender o espaço é compreender também as relações de poder presentes nele.

Na região da Pan-Amazônia, o mapeamento social pode contribuir para evidenciar as batalhas das comunidades tradicionais e povos indígenas contra o desmatamento e a mineração, logo, caracteriza-se como incentivo ao ensino de Geografia comprometido, inovador e dinâmico.

Aprendizagem ativa e o estudo do meio

Em seu livro “Ensino a Transgredir” de 2017, Bell Hooks defende uma abordagem educacional que incentive à atuação ativa e firme dos educandos no processo de ensino e aprendizagem, de maneira que fomenta o que ela caracteriza como “aprendizagem envolvente”. Para Hooks, a educação deve ser uma experiência diretamente conectada com a realidade dos estudantes, e um modo eficaz de fazer isso na disciplina de Geografia é por meio do estudo de campo. Esse método possibilita que os alunos saiam da sala de aula e explorem o ambiente local, analisem os fenômenos geográficos em seu contexto original.

Na região da Pan-Amazônia, as atividades de estudo ambiental podem incluir visitas a florestas, vilas ribeirinhas ou locais de produção agrícola e mineração, onde os estudantes têm a oportunidade de observar de perto os efeitos da intervenção humana na natureza. Destaca-se a importância de que “a aprendizagem esteja conectada à vivência, ao corpo e ao espaço que os alunos habitam” (Hooks, 2017, p. 13).

Para a autora, é fundamental que os alunos não apenas adquiram conhecimento por intermédio de livros, mas também por experiências reais e tangíveis. Esse enfoque possibilita que os estudantes criem um senso de identidade com o local onde vivem e compreendam de maneira mais profunda as questões ambientais e sociais que impactam a sua região.

Em direção semelhante, Freire (1967) também apoia essa abordagem prática, no qual argumenta que a educação deve iniciar a partir da “realidade efetiva” dos estudantes. Ele destaca a importância de que a aprendizagem seja relevante, ou seja, conectada às vivências e aos desafios enfrentados pelos aprendizes.

A exploração do ambiente na Pan-Amazônia surge, assim, como uma estratégia que não apenas favorece a compreensão dos fenômenos geográficos, mas também incentiva a participação dos estudantes na busca por alternativas para os dilemas de sua comunidade, o que resulta na formação de indivíduos conscientes e engajados.

Ensino intercultural e a valorização dos saberes tradicionais

A abordagem multicultural, em conformidade com os estudos de Bell Hooks e Paulo Freire, se apresenta como uma metodologia relevante para o ensino de Geografia na região da Pan-Amazônia. Como já mencionado, nessa área há uma grande diversidade étnica e cultural, com distintos povos indígenas e comunidades tradicionais que possuem um vasto conhecimento acerca do uso sustentável e consciente dos recursos naturais.

Apesar disso, esse conhecimento tem sido historicamente negligenciado pelo sistema educacional convencional. Freire (1974) considera que a educação precisa ser um processo dialógico, onde todas as modalidades de saberes deverão ser respeitadas e integradas ao processo de ensino e aprendizagem. Categoricamente afirma que: “O diálogo é a essência da educação como prática de liberdade, sendo viável somente quando reconhecemos e valorizamos as diferentes formas de conhecimento” Freire (1974, p. 20).

Dentro do âmbito da Pan-Amazônia, isso indica que é essencial que o currículo de Geografia englobe os conhecimentos ancestrais relacionados ao manejo da terra, à pesca, à agricultura e à preservação da floresta. A introdução desses saberes no ensino formal não apenas enaltece os conhecimentos locais, mas também proporciona uma educação mais conectada e significativa para os alunos.

Em concordância com Bell Hooks (2019), a educação é vista como um meio de transformação, no qual as vozes historicamente excluídas possam finalmente ser valorizadas: “A educação como prática de liberdade deve adotar uma abordagem multicultural, que reconheça as diversas formas de compreender e interpretar o mundo” (Hooks, 2019, p. 20).

Geografia crítica e a educação para a sustentabilidade

Por último, a promoção da sustentabilidade se torna cada vez mais crucial no ensino de Geografia na região da Pan-Amazônia, devido à urgência das questões ambientais presentes. De acordo com Harvey (1992, p. 177) “a crise ambiental é, sobretudo, uma crise do capitalismo” e que o ensino de Geografia deve possibilitar aos estudantes compreender a ligação entre o sistema econômico e a degradação ambiental. O teórico defende que a educação tem o papel de evidenciar as relações de poder e exploração que estão na origem dos problemas ambientais.

Na região da Pan-Amazônia, é essencial que o ensino da disciplina de Geografia adote uma abordagem crítica e ambiental, bem como auxilie os estudantes a compreender como fenômenos globais, como a destruição das florestas e a expansão da atividade agropecuária, impactam o território local.

A proposta pedagógica da geografia crítica, difundida por Milton Santos e David Harvey, possibilita que os alunos analisem as interações entre espaço geográfico e relações de poder, identifiquem os principais causadores dos problemas ambientais e fomentem uma consciência ecológica que ultrapasse a superficialidade do discurso conservacionista.

Na avaliação dada por Milton Santos (2002), é fundamental que a educação geográfica esteja comprometida com a ideia de “sustentabilidade social”, oriente os estudantes a buscarem alternativas sustentáveis para o desenvolvimento regional, leve em consideração as necessidades das comunidades locais. Para o autor, a sustentabilidade não deve se restringir apenas ao aspecto ambiental, mas também se inclui os sociais e econômicos - adiciona-se, no nosso entender, os culturais e espirituais.

Destarte, comprehende-se que o ensino de Geografia pode desempenhar um papel essencial na promoção de uma Amazônia mais justa e sustentável, cujos recursos naturais sejam utilizados de modo equilibrado e as populações locais tenham asseguradas o direito de permanecerem em seus territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da Geografia na região da Pan-Amazônia, como abordado no presente trabalho, se apresenta como um instrumento basilar para se compreender os enfrentamentos dos desafios atuais e futuros. Em uma área caracterizada pela diversidade cultural, pela abundância de recursos naturais e pelas pressões econômicas e sociais, a Geografia se destaca como uma disciplina que não apenas descreve o espaço, mas também analisa criticamente as interações entre a sociedade e o meio ambiente.

Com base nas ideias de Milton Santos, David Harvey, Paulo Freire e Bell Hooks, percebe-se que o ensino de Geografia, quando combinado com uma abordagem crítica e libertadora, é capaz de mudar a perspectiva dos estudantes sobre o mundo e seu papel dentro dele.

Milton Santos, por meio de sua análise a respeito do território como um local vivenciado e campo de disputas, ressalta a relevância de instruir os estudantes a examinarem criticamente o seu entorno, perceberem o território não apenas como um espaço físico, mas sim como uma construção social e política.

Na região da Pan-Amazônia, essa perspectiva se torna ainda mais crucial, uma vez que os problemas ambientais e as disputas territoriais impactam diretamente a vida das comunidades locais. O ensino de Geografia deve preparar os alunos para identificarem as influências econômicas e políticas que modelam a realidade da área, assim como incentivá-los a uma educação focada na mudança social e na sustentabilidade.

David Harvey, em contrapartida, apresenta uma avaliação crítica das dinâmicas de poder que são responsáveis pelas crises ambientais e pelas disparidades sociais, sobretudo dentro do contexto da economia globalizada. Sua contribuição é essencial para que os estudantes da região da Pan-Amazônia possam entender as origens históricas e estruturais da degradação do meio ambiente e da exclusão das comunidades tradicionais.

Neste sentido, o ensino da disciplina de Geografia deve munir os alunos com as habilidades necessárias para questionar as práticas prejudiciais do agronegócio, da exploração de minérios e do desmatamento, ao passo que se promove uma consciência ecológica e socialmente ativa.

A abordagem pedagógica de Paulo Freire na Pan-Amazônia propõe uma valorização dos saberes locais, bem como promove o diálogo e o respeito entre as populações originárias, comunidades tradicionais, as quais incluem-se as ribeirinhas. Ao incorporar os conhecimentos tradicionais no ensino de Geografia, a educação se torna uma ferramenta primordial de resistência e preservação cultural. A perspectiva freiriana destaca a importância da educação como uma prática libertadora, ao tempo em que enfatiza a formação para a cidadania, a consciência crítica e a participação ativa na busca por soluções aos desafios socioambientais da Pan-Amazônia.

Em sua proposta de pedagogia engajada, Bell Hooks enfatiza a necessidade de um ensino que estimule a participação ativa dos estudantes na construção do próprio conhecimento. Para a autora, a educação vai além de simplesmente transmitir informações; é fundamental que reconheça a realidade vivida pelos alunos e os capacite a agir em prol da mudança em suas comunidades. Na região da Pan-Amazônia, isso significa adotar métodos de ensino que incentivem a ligação dos alunos com o ambiente local, com prioridade para o estudo do entorno, a análise social e a preservação dos valores culturais.

Com base nesses fundamentos teóricos, é claro que o ensino de Geografia na Pan-Amazônia não deve ser apenas focado em conteúdos locais ou desconectado das múltiplas realidades existentes. Pelo contrário, ele precisa ser uma ferramenta de empoderamento, que habilite os estudantes a analisar criticamente as dinâmicas socioespaciais e a se envolver ativamente na construção de um futuro mais equitativo e sustentável para a região. O papel do professor, conforme preconizado por Freire, é o de facilitar esse processo, ou seja, o de estabelecer um ambiente de debate e reflexão em grupo que promova a mudança social.

As perspectivas para a educação geográfica na Pan-Amazônia são vastas. Com o aumento dos desafios ambientais e sociais, o ensino de Geografia precisa se ajustar e corresponder a essas necessidades, mediante à adoção de uma abordagem crítica e transformadora. Isso envolve a utilização de tecnologias que facilitem a cartografia e a análise do território, o fortalecimento das parcerias entre escolas e comunidades locais, e a promoção de projetos interdisciplinares que conectem a Geografia a outras áreas de conhecimento. Além disso, é preciso reorganizar o currículo, de maneira a torná-lo mais inclusivo e reflexivo frente às distintas realidades e culturas da região.

O horizonte da instrução em Geografia na Pan-Amazônia precisa se pautar na edificação de uma nova ligação entre o ser humano e o meio ambiente, embasada no respeito, na sustentabilidade e na equidade social. O ensinamento de Geografia, ao fomentar a reflexão crítica, tem o potencial de formar indivíduos aptos a encarar os obstáculos atuais e a desenvolver alternativas inovadoras e sustentáveis para a área.

Por fim, reforça-se os ensinamentos preconizados por Milton Santos (2000, p.140) que “o espaço é um meio de emancipação”, como atribuição da Geografia capacitar os alunos a serem protagonistas desse processo libertador, de serem capazes de contribuir para transformação de mundo com maior justiça e equidade social, política, ambiental e econômica.

REFERÊNCIAS

- Freire, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
Freire, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
Harvey, David. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São

Paulo: Loyola, 1992.

Harvey, David. **O Enigma do Capital**: E as Crises do Capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

Hooks, Bell. **E Eu Não Sou Uma Mulher?** Mulheres Negras e Feminismo. São Paulo: Boitempo, 2019.

Hooks, Bell. **Ensinando a Transgredir**: A Educação como Prática da Liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

Santos, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

Santos, Milton. **Por Uma Outra Globalização**: Do Pensamento Único à Consciência Universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

